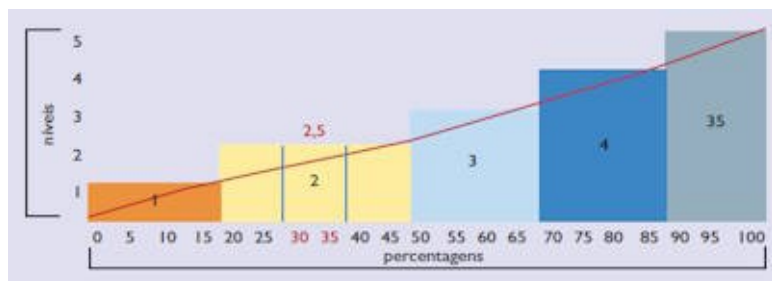


Ligado ou desligado?

Uma crítica à adopção de um campo de medida reduzido na avaliação dos alunos juntamente com uma escala igualmente limitada.

A tendência parece ser neste sentido: reduzir o campo de medida (valor máximo) e a escala classificativa (só números inteiros) na avaliação. Limitar os dois parâmetros não me parece nada bem. Tudo leva a crer que os professores terão menos trabalho. De facto, é mais difícil errar no que respeita ao balizamento do aluno numa tabela classificativa deste tipo (não se choquem, pois é disso mesmo que se trata).

Na escala de “1” a “5”, usando somente números inteiros, muito dificilmente se encontram “uns” e quase com a mesma dificuldade conseguimos encontrar “cincos”. Deste modo, podemos afirmar que a escala se resume a três níveis: “2”, “3” e “4”. E se tivermos em conta que o “2” poderá valer de 20 a 49%, o “3” de 50 a 69% e o “4” de 70 a 89%, facilmente se constata o constrangimento do professor em classificar convenientemente os alunos. Nem sequer os níveis estão repartidos igualmente, ou seja, a correspondência não é linear, não se podendo usar a regra de três simples – “a recta assemelha-se a umas curvas”, como se pode ver no gráfico.



O que fazer então? Bem... Eu costumo dizer aos meus, como forma de consolação em alguns casos, que “é um 3 perto do 4”, ou que “é um 3 mais”. Mas fica sempre a sensação de que o sentimento não é de conforto, mas de alguma revolta – é que eles fazem as suas legítimas comparações com os colegas... Este sistema premeia, assim, os maus, uma vez que o aluno de “2” passa facilmente a “3” ficando no “mesmo saco” do tal que está perto do “4” (é conveniente para as estatísticas e para a nossa avaliação docente). É que nem o meio da escala existe. Existem somente dois níveis para as (chamadas) negativas e três níveis para as positivas. Mais: tendo em conta que os critérios de avaliação se repartem pela componente socioafectiva (em alguns casos chega a atingir 30%) e pela componente cognitiva, facilmente um aluno obtém a classificação “3”, mesmo não “pescando” nada da matéria (basta ser “arrumadinho”).

Sou mesmo de opinião que deveriam ser atribuídas duas classificações, separando claramente essas duas componentes. Por vários motivos, entre os quais os seguintes:

- nos exames não se avalia a componente socioafectiva, dando azo a disparidades absurdas entre as classificações de frequência e exames;
- existem profissões em que uma das componentes é mais preponderante do que a outra e, com o sistema actual, fica-se sem se saber a quanto corresponde cada uma, dificultando a escolha para a respectiva profissão;
- actualmente, numa única classificação final englobando as duas componentes, ficamos sem saber se o aluno adquiriu os conhecimentos científicos do currículo ou se é simplesmente bem educadinho.

O mais engraçado nesta história, e retomando o raciocínio inicial, é a sensação de que os professores têm menos trabalho. Claro que têm exactamente o mesmo, já que as grelhas são preenchidas num campo de medida muito diferente (100%) e a escala alarga-se às décimas, com percentagens nas mais diversas componentes avaliativas. Na verdade não precisaríamos. Fiz, no período passado, uma experiência, colocando numa folha à parte as classificações que atribuiria aos alunos sem fazer qualquer cálculo, nem ver qualquer dos meus apontamentos, como se lesse as classificações nas suas testas. Depois da minha “poderosa folha do Excel entrar em acção” e colocar lá todas as classificações parciais referentes às avaliações em todas as suas componentes e variantes (teoria 30%, prática 70%), dentro de cada uma destas variantes dividi, de acordo com as regras, 30% para a parte socio-afectiva (que por sua vez também se divide em oito itens), o mesmo para a componente cognitiva, que vale 70%, dividida igualmente em vários itens...

Constatei, no final do período, que tinha acertado nas classificações todas que iria atribuir a cada aluno. Pois, com uma escala e um campo de medida assim, tão limitados, não precisava de tantas grelhas nem de tantos apontamentos. O que me parece que ainda iremos fazer (nós professores) é atribuir o estado “desligado” a quem não tem aproveitamento e o estado “ligado” no caso contrário – ou seja, por este andar, a escala ainda há-de ser “0” ou “1”.

Luís Filipe Ricardo